

CAMINHOS DA HISTÓRIA SOCIAL: DIÁLOGOS COM ALESSADRO PORTELLI

Antonio de Pádua Bosi
Rinaldo José Varusa³⁸⁴

Resumo: Partindo da experiência do Seminário Interinstitucional “Caminhos da História Social: diálogos sobre memórias, fontes orais e perspectivas de investigação”, este artigo busca sistematizar e discutir alguns elementos constituídos, nas pesquisas em andamento no Programa de Mestrado em História da UNIOESTE e ligadas à Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, notadamente, no que se refere às relações entre História Social, Memória e História Oral.

Palavras-chave: História Social, teoria e metodologia da pesquisa histórica; história oral.

Abstract: This article discusses some points about Social History, Memory and Oral Interview, debated on “Seminário Interinstitucional Caminhos da História Social: diálogos sobre memórias, fontes orais e perspectivas de investigação” happened at Universidade Federal de Uberlândia in joint with seniors and junior researchers of the “Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais”, linked to “Programa de Mestrado em História da UNIOESTE”.

Key-words: Social History; theory and methodology of the historical research; Oral History.

Apresentação

No primeiro semestre de 2007, o Laboratório de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” (LTMS), participou da realização do Seminário Interinstitucional “Caminhos da História Social: diálogos sobre memórias, fontes orais e perspectivas de investigação” em parceria com pesquisadores da linha “Trabalho e Movimentos Sociais” do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e do Núcleo de Estudos Culturais: Histórias, Memórias e Perspectivas do Presente, do Programa de

384 Professores da Graduação e do Mestrado em História da UNIOESTE, vinculados ao Laboratório “Trabalho e Movimentos Sociais”.

Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)³⁸⁵. A partir deste Seminário, sistematizamos um conjunto de reflexões constituídas ao longo daquela atividade, considerando principalmente as sintonias e desdobramentos que aquele trabalho teve nas pesquisas em andamento no LTMS (Laboratório de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais).

Inicialmente, é importante ressaltar que, na constituição e consolidação da Linha “Trabalho e Movimentos Sociais” – a qual se vincula o LTMS –, quando das primeiras iniciativas de reunir pesquisadores que tentavam estabelecer um trabalho conjunto de reflexão e engajamento nas dinâmicas vividas e percebidas nas relações de trabalho e nos processos de constituição dos sujeitos e dos espaços sociais, sempre esteve presente entre seus membros a importância das relações interinstitucionais. Neste sentido, podemos apontar que o caminho trilhado no Seminário Interinstitucional acentuou um aprofundamento do intercâmbio com os pesquisadores e as instituições que contribuíram com a nossa formação profissional, o que não foi diferente neste projeto, a se considerar a interlocução que, neste caso, se estabeleceu.

Tendo em conta esta consideração inicial, o desafio e preocupação, à vista do objetivo acima, era materializar no Seminário as nossas possibilidades, desafios e limites no trabalho de investigação e formação profissional, em diferentes níveis. Assim, este evento foi encarado como uma oportunidade de debater os problemas vivenciados não só nas pesquisas, mas no conjunto das relações estabelecidas no espaço da Universidade e, de forma mais ampla, na sociedade. Isto porque, nos últimos anos em especial, vem se ressaltando entre nós um questionamento quanto à dimensão social que permeia as nossas pesquisas, o que significa, de maneira direta, que estas não se referenciam numa mera recitação de formulações e reprodução de receitas metodológicas, expressa no “enfileiramento” descontextualizado e desarticulado de outros autores e produções. Diferentemente disso, temos pautado nosso trabalho por um diálogo

385 Em que pese o esforço coletivo que possibilitou a realização do Seminário Interinstitucional, não poderíamos deixar de destacar o empenho dos professores Paulo Roberto de Almeida (UFU), Célia Rocha Calvo (UFU), Heloisa Pacheco Cardoso (UFU) e Yara Aun Khoury (PUC/SP) na viabilização da atividade. Por fim, vale o registro de que sem o empenho e participação das instâncias administrativas da UNIOESTE, tanto no que se refere à Reitoria quanto ao Campus, estas atividades não se viabilizariam na sua integralidade e na forma como, sucintamente, as apresentamos aqui.

com as dinâmicas vividas na sociedade, na qual nos inserimos e com a qual queremos contribuir, não no sentido da produção de consensos e ecos, próprios daqueles que almejam exclusivamente a conservação de posições, mas enquanto intervenção que vislumbre mudanças.

Assim, em sintonia com estes princípios e preocupações, a realização desse Seminário dividiu-se em duas etapas.

Numa primeira etapa, buscamos situar-nos nos debates que tem permeado e se materializado em nossas investigações. Realizamos 4 (quatro) encontros, no âmbito da UNIOESTE e, mais especificamente, reunindo os integrantes do Laboratório “Trabalho e Movimentos Sociais” (LTMS), centrados nas questões e temáticas que avaliamos, inicialmente, que proporcionariam uma sistematização mais apurada de nossas preocupações, sempre pautando os trabalhos com as pesquisas em andamento e com a trajetória dos pesquisadores participantes. Estes encontros assumiram a seguinte estruturação temática: 1º Encontro: Caminhos da História Social; 2º Encontro: História, memória e narrativa na História Oral; 3º Encontro: História e Cultura. O 4º e último encontro teve como preocupação central a sistematização das discussões anteriores e a formulação de questões a serem apresentadas e debatidas na segunda etapa do Seminário Interinstitucional.

Esta segunda etapa constitui-se das atividades desenvolvidas na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), nos dias 27 e 28 de abril, coordenadas por Alessandro Portelli, professor na Universidade Sapienza de Roma.

Sistematizando o debate

Ao centrarmos as discussões na primeira etapa em torno dos três eixos temáticos apresentados acima, o objetivo inicial era possibilitar o levantamento de questões referentes a alguns debates que permeiam a produção do conhecimento histórico, nas últimas décadas, e tem se expressado na trajetória de construção do LTMS, seja nos trabalhos da graduação, seja no mestrado.

Conceituar a produção do conhecimento histórico como um campo de disputa que se permeia das tensões presentes igualmente no social não se apresenta como algo que cause espanto entre os historiadores, quando anunciado de maneira genérica. A questão principal e candente, talvez, seja identificar, interpretar e explicitar as maneiras, por vezes, divergentes e tensas como os diferentes sujeitos

se apresentam neste debate, haja vista, por exemplo, a constante e permanente capacidade de incorporação e perfilamento das mais diferentes perspectivas, categorias e autores que pululam o debate acadêmico, tornando-o, por vezes, exclusivamente acadêmico. No que se refere à História Social, este processo é passível de ser identificado, notadamente nas últimas décadas, seja nas incorporações homogenizadoras de sistematizações produzidas por historiadores, seja na adoção de modelos de análise e interpretações transformados em fórmulas fixas, seja na transposição de temas e problemas destituídos de suas historicidades. Assim, os processos, conjunturas, configurações políticas, embates e problemas que permearam e faziam-se presentes como, por exemplo, interlocutores da produção histórica, bem como o lugar social de quem a produziu, são silenciados ou desconsiderados, destituindo os autores das condições que os constitui e às suas produções.

Um caso exemplar neste sentido tem sido a transformação do debate produzido pelos autores ligados à historiografia marxista inglesa, entre as décadas de 1950 e 1970, tais como E.P.Thompson, Eric Hobsbawn, Christopher Hill, dentre outros, em mero processo de formulação teórico-metodológica. O que surge a partir disso é uma espécie de receita que repete a necessidade do “diálogo com as evidências”, evidências estas que expressariam as “experiências da classe no seu fazer-se”, desvencilhando a trajetória historiográfica destes autores dos embates, explicitados no interior do marxismo, mas que expressavam um conjunto de lutas e situações vividas enquanto projetos políticos e de atuação social.

Não se trata aqui, portanto, de restituir o correto emprego dos conceitos, remetendo-os para isso às suas supostas origens e instaurando seu sentido “dicionaresco”, mas sim, como reitera Raymond Williams, pensarmos os conceitos não como meras definições, “mas como problemas e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos”, em relação ao que “restanos apenas (...) recuperar a substância de que suas formas foram separadas” (WILLIAMS, 1979, p.18).

Neste sentido, as apropriações contemporâneas igualmente expressam os presentes vividos por seus autores e mereceriam uma reflexão sobre “a substância de que suas formas foram separadas”. O conceito de “cultura”, a partir de seus diversos usos, se apresenta como exemplar quanto ao que estamos querendo frisar. Assim, no campo da

História Social é possível se estabelecer um processo de construção e mudança daquele conceito, expressando as tensões e disputas existentes nos diferentes momentos em que os pesquisadores se situam.

Destacadamente, nas décadas de 1950 e 1960, num debate que envolveu diversos autores, que abrangia bem mais que a área da História, tais como Richard Hoogart, Raymond Williams e Edward P. Thompson, de forma sintética, cultura poderia ser definido como os modos de vida, na sua totalidade, das diversas classes sociais. Numa das formulações de E.P. Thompson, cultura se tornara um conceito de que todas as classes eram portadoras e produtoras, numa contraposição à conotação de “ilha de exotismo” que folclore trazia para as classes populares. Ou seja,

não mais situado no ambiente dos ‘significados, atitudes, valores’, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho, de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência (...) situada no lugar material que corresponde (THOMPSON, 1998, p.17).

Esta conceituação se fez articulada ao pensar as experiências dos sujeitos como portadoras de sentidos e racionalidades outras e independentes das formuladas externamente, na forma de uma “sede teórica”, em relação ao que caberia na construção do seu entendimento dialogar com elas e não lhes impor teorias alienígenas e genéricas. Tais sistematizações não se apresentavam como meras opções teórico-metodológicas, suscitadas por modas ou gostos pessoais e que, nesta condição, a qualquer momento poderiam ser substituídos. Evidenciavam e se informavam nas lutas e experiências políticas na qual estavam engajados seus autores e que poderíamos resumir como de oposição que alguns deles faziam a regimes totalitários de toda ordem, que se manifestavam e eram enfrentados nas formulações acadêmicas, nas organizações sociais, tais como partidos políticos e Estados. Da mesma forma, avaliamos que as atuais conotações assumidas por cultura - ou seu plural - não estão despojadas dos lugares a partir de onde seus formuladores falam.

Ao ser apresentado um conceito de cultura que parece uma retomada de um modelo que se assemelha a um “inventário das especificidades”, definindo práticas como “aspectos da vida dos trabalhadores” - tais como o lazer, o esporte, as festas, os utensílios e o mobiliário domésticos -, na tentativa de conferir “uma identidade” à

classe, o conceito assume tonalidades de um consenso confortável e confiável (para quem?), destituindo-o dos entrecosques e contradições sociais - e culturais - atinentes ao conjunto das relações vividas pelos sujeitos. Este emprego parece se aproximar daquele dado por uma “História Cultural”, que conceitua cultura como uma representação ou mediação das experiências vividas materialmente, revigorando uma perspectiva de história bastante próxima ao idealismo, à medida que se fundamenta numa dicotomia material-mental ou das idéias. Em certa medida, repete ou sofisticada a noção de “reflexo do real”, já suficientemente debatida e criticada, o que, logicamente, não significa extingui-la enquanto lugar social que a legitima. Como critica Raymond Williams,

é praticamente impossível manter a metáfora da mediação sem um certo senso de áreas separadas e preexistentes, ou ordens de realidades, entre as quais o processo de mediação ocorre, quer de maneira independente, quer determinado pelas suas naturezas anteriores (WILLIAMS, 1979, p.102).

Então, cabe indagar: em que medida estas mudanças de perspectivas expressam os lugares sociais de seus produtores? No que se refere às discussões implementadas no Seminário Interinstitucional, percebemos que as incorporações a que nos referimos acima, ao destituírem os autores de historicidade, acabam-se por negar uma dimensão importante da contribuição destes, qual seja a relação passado-presente pensada como um movimento dinâmico inscrito no social. Na superação desta depolitizadora dicotomia – produção/trajetória dos autores - firmada acima nas apropriações, por exemplo, de conceitos, continuamos problematizando os processos sociais que constituem a produção e as memórias, para tornar evidentes suas diferenças e seus embates, da mesma forma como acenamos com o conceito de cultura acima.

Desse modo, partindo pelos “caminhos da História Social” - apoiando-nos nas discussões pautadas por E.P.Thompson e J. Fontana (1998), que acentuam, como apontado antes, de que maneira “modelos” interpretativos forjam-se articulados a projetos sociais - expressando-se também nas maneiras como parte da historiografia pensa a relação entre história e cultura -, finalizando pelas perspectivas constituídas pela História Oral na pesquisa histórica, nossa preocupação foi, notadamente, na primeira etapa, de situar-nos nos

debates historiográfico contemporâneo, buscando permanentemente as articulações que estes debates tiveram e tem com nossas trajetórias e, dentro disso, com nossas pesquisas.

Estes elementos nos serviram de base para a segunda etapa, quando num diálogo direto com Alessandro Portelli, um dos autores que vem se constituindo numa das principais referências no trabalho com História Oral, o que, como percebemos, dada esta presença, o coloca igualmente num campo de disputa, cujas apropriações revestem-se das dimensões apontadas antes. O diálogo com o próprio autor, neste sentido, serviu-nos não só para relativizar e problematizar os “usos e abusos” sofridos por sua produção, como para, novamente, nos situarmos no debate e, conseqüentemente, no trabalho com História Oral, o que fazemos aqui com uma breve sistematização dos principais pontos apreendidos.

Como ressaltou Portelli, a História Oral, notadamente, a partir da segunda metade do século XX, fez-se a partir de um processo externo à academia, pautada em questões, perspectivas e projetos que não se ligavam diretamente ao trabalho desenvolvido pelos pesquisadores nas suas relações com institutos de pesquisa universitários, processo esse que guarda uma similaridade à própria constituição da História Social, no século XIX. Neste sentido, ao buscar não só registrar, mas fundamentalmente entender e interpretar as dinâmicas vividas e significadas por trabalhadores, estudantes, donas de casa, enfim, os “populares”, os pesquisadores, muitos deles sendo integrantes dos grupos investigados, realizaram tal prática ou enquanto prática implementada pelas próprias organizações daqueles ou como atividades autônomas, mas igualmente destituídas da vinculação universitária.

Esta trajetória da História Oral, em parte, se expressou nos embates enfrentados e bastante conhecidos, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980, quanto à legitimidade do uso dos depoimentos, tendo em vista a sua particularidade de se fazer a partir de falas, não só de “pessoas desautorizadas”, no que se refere ao seu lugar social, como da fluidez e flexibilidade que marcariam, exclusivamente – como vislumbravam os críticos – a produção das narrativas, sob aquela linguagem, refém que seria da subjetividade, da mudança constante de posição e opinião dos interlocutores. De forma sintética, estava em jogo o “estatuto de credibilidade” ou mais propriamente “de verdade”

deste trabalho, quando confrontado às evidências habituais usadas pelos pesquisadores, notadamente, os documentos escritos.

Um desdobramento deste embate foi uma estimulante inversão desta questão, ou seja, a problematização do processo de constituição do conjunto dos aportes de pesquisa trabalhados, materializados em outras linguagens que não só a oral.

A participação do pesquisador no processo de produção das narrativas, em grande medida, permitiu-lhe perceber que a atribuição de sentidos e significados, ainda que realizado por uma pessoa, sendo socialmente compartilhados, se faz enquanto produção de argumentos colocados nos embates concretamente vividos pelos sujeitos, em diferentes presentes que se tornam passados, o que é comum a todas as outras linguagens. Portanto, a pergunta que sempre caberia ao pesquisador, além do que foi expressado enquanto uma linguagem, é *como* e *por que* foi dito, pintado, fotografado, escrito ou filmado. Da mesma forma, para além do parâmetro positivista pautado na suposta descoberta da verdade para o descarte da mentira, o diálogo com as narrativas deve se perfazer no entendimento do porquê aquilo foi tornado linguagem.

A vista destas considerações, a História Oral não se refere, na perspectiva também política que nos colocamos, meramente a um trabalho de coleta, transcrição, publicação e armazenamento de entrevistas. Tal prática colocaria o seu realizador numa condição bastante próxima dos antiquários e dos folcloristas, personagens que tiveram suas produções freqüentemente estimuladas em séculos passados e portadores de uma perspectiva política suficientemente debatida (THOMPSON, 2002), além do que apresentamos acima na discussão do conceito de cultura. Igualmente não se perfilaria na perspectiva de História Oral na qual trabalhamos a simples articulação das falas às interpretações pré-estabelecidas ou, antes disso, a mera constatação de sentidos, sentimentos e significados de que supostamente seriam portadores os entrevistados.

Da mesma forma como se conceituaria como primário ou ingênuo, no trabalho do historiador, o descarte das narrativas por estas não serem portadoras de uma idealizada objetividade, aquela caracterização também seria pertinente quando o processo de investigação firma-se na constatação e mapeamento das subjetividades que permeiam e constituem os sujeitos e suas falas. Em ambas as

situações, uma concepção positivista parece presente, tendo em conta o pressuposto pautado na dicotomia sujeito-objeto que as informa e delinea o que está sendo investigado.

Evidentemente, estas não são questões que se possam caracterizar como meramente “superadas”, tendo em vista, por exemplo, as diversas concepções que se firmam no trabalho com História Oral. Neste ponto, vale destacar a propensão que o pêndulo assume entre aqueles que visam enfocar os ressentimentos, rancores e sentidos que perfazem as narrativas, destituindo-as de historicidade, desvencilhando as falas dos processos que as constituem enquanto trajetórias de vida, experimentadas nas relações sociais e não como eremitas existenciais a vagarem ou, mais propriamente, pairarem sobre o mundo, atribuindo-lhe aleatoriamente sentidos e significados.

Ao final das atividades, a avaliação geral dos participantes foi bastante positiva, o que parece ficar expresso nas sínteses apresentadas individualmente pelos alunos, na qual buscaram relacionar as discussões produzidas às suas pesquisas.

Destacamos somente aqui e para finalizar que a experiência de um outro espaço e as percepções produzidas a partir de outras dinâmicas de produção e vida acadêmica, o que concretamente se efetivou na estadia na Universidade Federal de Uberlândia e na convivência com os participantes do Seminário Interinstitucional daquela Instituição, efetivou-se como um elemento bastante estimulante e profícuo para a produção local, motivando avaliações quanto às possibilidades e limites que apresentamos nesta nossa trajetória de construção enquanto profissionais e enquanto universidade.

Referências:

COSTA, E. V. da. “Dialética invertida”. in Revista Brasileira de História, n.27, pp. 9-26.

FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

HALL, Stuart. “Estudos culturais: dois paradigmas”. In *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003. pp.131-159.

HALL, S., JOHSON, R. & THOMPSON, E.P. “El Culturalismo. Debates en torno a La Miseria de la Teoría”. in SAMUEL, R. (org.) *História popular e teoria socialista*. pp. 273-317. Barcelona: Editorial Critica, 1984.

PORTELLI, A. “A Filosofia e os fatos”. in *Revista Tempo*, n.2. Rio de Janeiro: Ed.UFF, 1996. pp.59-72.

_____. “Forma e significado na História Oral. O que faz a H.O. diferente.” in *Revista Projeto História*. n.14. São Paulo: EDUC, 1997. pp.7-24.

_____. “A pesquisa como um experimento em igualdade”. in *Revista Projeto História*. n.14. São Paulo: EDUC, 1997. pp.25-40.

THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1981.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. “Folclore, antropologia e história social”. in *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed.Unicamp, 2001. pp.227-268.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.